

ATENÇÃO

Alertamos que após autorização somente serão aceitas solicitações de correção e de LETPP faltantes no prazo de 30(trinta) dias.

DESPACHO:

I-Autorizo a expedição da(s) Licença(s) Especial(is) de Transporte de Produtos Perigosos(LETPP) para o(s) veículo(s) de placas supra relacionada(s), constante(s)

do processo SEI em referência.

II-Publique-se.

São Paulo Urbanismo

PRESIDÊNCIA

Despacho Autorizatório | Documento: [151123365](#)

I - À vista das informações constantes no processo SEI nº 7810.2026/0000096-8, com fundamento no artigo 2º da Portaria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA nº 4, de 3 de fevereiro de 2021, **AUTORIZO** o pagamento em favor da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 74.118.514/0001-82, para recolhimento da taxa de Requerimento de Consulta Prévia (doc. SEI nº 149698362), destinada à análise técnica para fins de licenciamento ambiental da futura construção do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT (Bonde São Paulo), no âmbito do processo SEI nº 7810.2026/0000028-3, conforme DAMSP (doc. SEI nº 149698736), no valor total de R\$ 926,00 (novecentos e vinte e seis reais).

II - Em decorrência, emita-se nota de empenho no valor de R\$ 926,00 (novecentos e vinte e seis reais), onerando a dotação nº 05.10.15.451.4020.1.241.3.3.91.39.00.09.1.501.900 conforme Nota de Reserva SOF nº 70/2026 ([151054296](#)).

III - PUBLIQUE-SE

IV - Após, remetam-se os autos à DGC/GFI para a emissão da nota de empenho, ficando desde já autorizadas a liquidação e o pagamento.

Despacho Autorizatório | Documento: [150872160](#)

I - À vista das informações constantes no processo SEI nº 7810.2023/0001142-5, especialmente a manifestação SEI nº [150843082](#), que adoto como razão de decidir, **RETIFICO** o Despacho Autorizatório (SEI nº [148448141](#)), disponibilizado e publicado no D.O.C do dia 26/12/2025, mantendo-se inalteradas todas as demais disposições, para fazer constar que:

Onde se lê:

"II - Em consequência, emita-se a Nota de Empenho em favor da empresa **INNERSYSTEM INFORMÁTICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 10.353.029/0001-00, no valor de R\$ 926,75 (novecentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), onerando a

([147982245](#)), para fazer cobertura da despesa neste exercício;"

Leia-se:

"II - Em consequência, emita-se a Nota de Empenho em favor da empresa **INNERSYSTEM INFORMÁTICA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 10.353.029/0001-00, no valor de R\$ 926,75 (novecentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), onerando a

II - PUBLIQUE-SE

III - Após publicação, remetam-se os autos à DGC/GFI para providências subsequentes.

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DE OPERAÇÕES E INTERVENÇÕES

Ata | Documento: [150838064](#)

São Paulo, 09 de fevereiro de 2026.

MINUTA DE ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA ESPRAIADA

Realizada em 05/11/2025

PAUTA: I. Verificação de Presença; **II. Portaria SGM 215, de 18 de agosto de 2025** designa na qualidade de titular para compor o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, como representante da Associação para o Progresso de Empresas de Obras de Infraestrutura Social e Logística (APEOP), o senhor **LEONARDO NOYA KUBLI**; **III.** Aprovação da Minuta de Ata da 76ª Reunião Ordinária da OUCAE (06/08/2025); **ORDEM DO DIA: I.** Controle de Estoques; **II.** Aspectos Financeiros: a. Quadro Financeiro; b. Execução Orçamentária 2025; **III.** Andamento das Intervenções: a. Prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho - Via Parque / HIS Grupo 1; b. Prolongamento da Av. Chucuri Zaidan; c. HIS Grupo 2/ Projeto; d. HIS Grupo 3/ Projeto; e. Trabalho Social realizado no trimestre; **IV. Informe:** Decreto que Regulamenta a Lei nº 18.174, de 25 de julho de 2024; **V. Deliberação:** a. Proposta de Calendários para as Reuniões Ordinárias do GG OUC Água Espraiada em 2026.

No dia **05 de novembro de 2025, às 15h00**, reuniu-se, no Auditório da SP Urbanismo, a 77ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (GGOUCAE), com a presença de convidados, técnicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e Representantes do GGOUCAE, listados ao final desta Ata.

Com a devida autorização do Coordenador do GGOUCAE, **Sr. André Gonçalves dos Ramos**, (representante titular da São Paulo Urbanismo), a **Sra. Ana Carolina André Machado Simão Jacob** (representante suplente da São Paulo Urbanismo), deu início à reunião às **15h30**, seguindo a pauta estabelecida: (I) Verificação de Presença, (II) Posse do novo representante, (III) votação da aprovação da

Minuta de Ata da 76ª Reunião Ordinária da OUCAE (06/08/2025). Na votação, foram registrados dois votos de abstenção, sendo da Sra. Lucila Falcão Pessoa **Lacreta**, representante **suplente** do Movimento Defenda São Paulo e da Sra. Erika Valdman, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, tendo os demais representantes presentes votado sem quaisquer óbices, razão pela qual a minuta foi aprovada pela maioria dos votos.

Dando continuidade ao **item I da Ordem do Dia**, a **Sra. Priscila Gyenge** (SP Urbanismo) apresentou, em tela, o Controle de Estoque, com o total estimado disponível por setor, sendo: Brooklin (580.430,32), Berrini (12.107,04), **Marginal** **Pinheiros** (144.366,59), Chucuri Zaidan (193.779,00) e Jabaquara (242.290,15), além dos processos administrativos em análise. No item II - Aspectos Financeiros, a **Sra. Maria de Fátima Niy** (Analista Administrativa Financeira da SP Urbanismo), apresentou a atualização dos Aspectos Financeiros, abordando o Quadro Financeiro e a Execução Orçamentária de 2025. A apresentação foi resumida, pois a planilha detalhada já havia sido enviada junto à **Convocação**. O **Sr. Leonardo Noya Kubli** (APEOP), destacou a importância da segurança jurídica nas Operações Urbanas, apontando que esse fator foi determinante para que a Cidade de São Paulo atraísse mais de 84 mil empresas. Ressaltou que essa mesma segurança deve ser garantida aos investidores de CEPACs, independentemente do momento da compra — não há diferença entre “CEPAC velho” e “CEPAC novo”, pois o título não tem prazo de validade. Explicando que o CEPAC representa uma antecipação da outorga onerosa, e que muitos investidores compram esses títulos com base na confiança no potencial da região, mesmo sem ter um projeto definido. Essa confiança já resultou em R\$ 1,2 bilhão de arrecadação para a Prefeitura. Alertando que levantar dúvidas sobre os direitos dos CEPACs antigos poderia gerar insegurança jurídica, prejuízo aos investidores e desvalorização de mercado. Como exemplo, citou o leilão de 2022, em que o preço dos CEPACs subiu artificialmente, mas depois caiu, mostrando o desinteresse do mercado. Existia diversos projetos na Operação Urbana Consorciada Água Espraiada não avançaram, seja por competição com os eixos de outorga mais barata, por mudanças de destinação (como HIS) ou a desistência de projetos na região. Defendendo que as operações urbanas são instrumentos essenciais de transformação e arrecadação para a cidade, lembrando que as operações Água Espraiada e Faria Lima já arrecadaram em vendas de CEPACs, em valores corrigidos, cerca de R\$ 15 bilhões, superando os R\$ 12 bilhões arrecadados por toda a cidade, reforçando que é fundamental manter a segurança jurídica e o interesse do investidor, e que os preços dos CEPACs devem ser ajustados à realidade de mercado, conforme precedentes já existentes em outros leilões. A preservação dessa confiança é vista como essencial para o sucesso contínuo da Operação Urbana. O **Sr. Dawton Roberto Batista Gaia** (SMT) solicitou a palavra para complementar a fala do **Sr. Leonardo Kubli**, destacando que a região está em crescimento com a chegada do monotrilho e que esses valores certamente serão muito melhores e qualquer investimento feito na região acaba se tornando melhor, fazendo com que a valorização e a confiança do mercado se amplie com a chegada de mais investimentos na região. **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo), salientou que a São Paulo Urbanismo está tomando atitudes para que esteja sempre em compasso com o interesse do mercado, público e social. Informou que nas próximas ações concretas da São Paulo Urbanismo,

em relação ao título do CEPAC, à possibilidade de novos leilões e à compressão tanto do território sob os aspectos físico, social e econômico, encontram-se em fase de encaminhamento para os tramites de contratação. Destacou, ainda, a busca por alternativas, incluindo eventual interesse em doações, como já aconteceu em outras Operações para a realização de estudos de viabilidade econômica, apontado como o território vem se comportando numericamente e trazendo informações para que em uma atitude futura de um próximo leilão pode precificar o título e vender no preço justo e correto de mercado a qual sempre propicie uma boa arrecadação que se transforma em obras e intervenções públicas. A **Sra. Sheila Mendes do Nascimento** (Associação dos Moradores de Favela) solicitou a palavra para se posicionar em relação a importância da segurança jurídica na continuidade das ações da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, ressaltando que, diante do êxito das atividades e do avanço das obras, é inaceitável que o conteúdo das discussões do colegiado seja utilizado por terceiros, como o Defenda São Paulo, para questionar a Operação junto ao Ministério Público. Enfatizou seu compromisso com as famílias que representa, destacando o acompanhamento próximo das obras da CDHU que avançam em ritmo acelerado e solicitou que São Paulo Urbanismo, como fonte pagadora, exija de SEHAB, a apresentação da listagem das famílias eletivas, a fim de evitar informações distorcidas e garantir transparência no processo de reassentamento. Por fim, reiterou que a segurança jurídica é fundamental para permitir o andamento das obras, o reassentamento das famílias e a utilização dos recursos vinculados, incluindo a venda de CEPACs e a execução de melhorias urbanísticas no território. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo) esclareceu que os recursos empenhados da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada são para atendimentos exclusivos das famílias da Água Espraiada, não há nenhuma possibilidade, pois, temos uma lista de famílias que estão aguardando alguns anos o atendimento habitacional e que todos os recursos da Água Espraiada serão direcionados a estas famílias. Embora a representação de SEHAB não está presente, fica claro que tem os seus critérios de atendimento de priorização, mas que as primeiras famílias a serem atendidas serão as que estão em auxílio aluguel da Operação Urbana Água Espraiada. Sem mais questionamentos sobre o aspecto financeiro, seguimos com a pauta, III. Andamento das Intervenções, a **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi** (SIURB) iniciou sua apresentação com a atualização dos avanços das obras das HIS-41 e HIS-27 que já se encontram em fase de finalização, informando que a HIS-41 há uma defasagem entre o avanço físico e o financeiro devido aos procedimentos internos de medição, aprovação e pagamento, estando as medições processadas até julho, o que representa cerca de 26% do contrato previsão contratual de entrega era dezembro, porém, diante de alguns ajustes e imprevistos, a conclusão deverá ocorrer no primeiro semestre do próximo ano, ainda sem data definitiva. Situação semelhante foi relatada para a obra da HIS-27, também em fase de acabamento. As medições estão em 27%, igualmente processadas até julho, e a entrega também pode sofrer pequeno atraso, permanecendo em negociação com a contratada e em relação à Av. Roberto Marinho a licitação está em andamento, como avanços e recebimento de propostas técnicas, foi feita a análise e o resultado foi publicado no dia 28, sendo seis propostas que foram recebidas para essa licitação. Já foi realizada a sessão de abertura das propostas comerciais, cuja ata ainda será publicada nos

próximos dias. Após essa etapa, seguirá o prazo para recursos, caminhando para a fase final do processo licitatório. Ressaltou-se que se trata de uma licitação integrada, abrangendo projeto básico, executivo, ambiental e obra, reunidos em um único lote. Sobre o Corredor da Av. Chucuri Zaidan, foi apresentado avanços com destaque para o túnel, principal elemento do contrato, que segue em execução. E também está em andamento a rampa metálica de descida da Lagaró, demonstrando avanços das frentes de trabalho. A **Sra. Sheila Mendes do Nascimento** solicitou esclarecimentos sobre atraso na entrega dos empreendimentos HIS 27 e 41, lembrando que o prazo inicial era o meio do ano, posteriormente prorrogado para dezembro, e solicitou esclarecimentos sobre a causa do novo atraso — se decorrente de questões financeiras, de gestão de tempo ou outros fatores técnicos. Ressaltou que, em visita anterior à obra, não havia sido observada morosidade no andamento dos serviços e destacou que o número de unidades é reduzido, o que reforça a necessidade de maior celeridade na conclusão, solicitando explicações objetivas sobre o motivo do prolongamento e eventual custo adicional decorrente do aditamento contratual. A **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi** (SIURB) esclareceu que os atrasos anteriores nas obras das quadras 27 e 41 ocorreram devido à necessidade de revisão contratual, o que demandou processos burocráticos de aditamento e aprovação de preços — impedindo a medição e execução de determinados serviços até a devida regularização. Destacou que essa situação já foi superada e que o atraso atual se refere apenas a ajustes finais de obra, relacionados à execução e finalização de serviços, sem impacto financeiro adicional. Reforçou que não há aumento de valor contratual, apenas prorrogação de prazo mínimo, decorrente de dificuldades operacionais comuns em fase de conclusão, diferenciando-se, portanto, do atraso anterior. Sem questionamentos adicionais, a apresentação foi encerrada dando seguimento com uma apresentação do, **Sr. Rafael Barreto Castelo da Cruz** (Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo) inicialmente agradeceu pelo convite e esclareceu que a São Paulo Urbanismo vem colaborando no projeto do Parque Linear Roberto Marinho afirmando que o projeto não é de autoria direta da São Paulo Urbanismo, mas que a empresa contribuiu para a definição das premissas conceituais e diretrizes de desenho, em parceria com SP Obras, responsável pela licitação e execução. O trabalho em conjunto teve como foco estabelecer conceitos urbanísticos e ambientais para o parque, garantir a resiliência climática da área, propondo um projeto de referência de alta qualidade urbana e ambiental. A licitação da obra é integrada, ou seja, o projeto executivo será desenvolvido pela empresa vencedora, com base nas diretrizes conceituais elaboradas pelos órgãos municipais. O fio condutor do projeto é baseado na ideia de parque esponja uma infraestrutura verde e azul que alia, a resiliência climática e drenagem natural, ampliação da cobertura vegetal como elemento principal de desenho e também a integração entre infraestruturas naturais e construídas a valorização dos corpos hídricos e da relação do cidadão com a água e infraestrutura social e de lazer que incentive o uso e a convivência, transformando o parque em destino urbano, não apenas passagem. Deixando claro que precisa de uma infraestrutura viária, essa conexão entre a Pedro boêmio até a Imigrantes é uma infraestrutura construída importante para a cidade, propondo nova frente urbana com potencial de adensamento habitacional e desenvolvimento imobiliário, estimulando o uso com habitação e interesse social e mercado popular, integrando o parque ao transporte coletivo, especialmente ao monotrilho, em

conformidade com o plano diretor estimulando o desenvolvimento urbano e imobiliário associado ao sistema de transporte existente na cidade. Foi feito um levantamento de referências nacionais e internacionais de parques e infraestruturas verdes, mostrando os conceitos que poderão ser aplicados como a redução da velocidade do escoamento das águas pluviais, proteção e revegetação das margens, jardins de chuva, áreas permeáveis, integração entre drenagem urbana e paisagismo. O projeto conceitual inclui áreas destinadas ao reassentamento habitacional, garantindo moradia próxima para famílias eventualmente afetadas. A entrega do parque deve estimular atividades econômicas, culturais e de lazer, tornando-se um catalisador de desenvolvimento urbano e social. Destacando que as sugestões conceituais e diretrizes de projeto apresentadas já foram em grande parte consolidadas no projeto referencial elaborado para o Parque Linear Roberto Marinho e devem ser incorporadas no projeto básico e executivo a ser desenvolvido pela empresa contratada na licitação do Projeto Roma. Agradecendo a oportunidade de apresentar o trabalho e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Foi aberto a palavra para **Sra. Maria Lúcia Refinetti** (FAUUSP) destacou a relevância do levantamento de referências apresentado, mas solicitou maior precisão sobre o material encaminhado para a concorrência pública, mencionando que o único dado objetivo apresentado foi o comprimento aproximado de 3 km. Solicitou que fosse detalhado o trecho exato abrangido pelo projeto, questionando se ele se estende até a interseção com a Rodovia dos Imigrantes, bem como o nível de detalhamento técnico utilizado na elaboração do edital, considerando a necessidade de informações claras para as propostas técnicas. Solicitou, ainda, que em momento posterior seja apresentado material cartográfico mais preciso, com a indicação de ruas e limites de intervenção. Em continuidade a **Sra. Sheila Mendes do Nascimento** elogiou a qualidade da apresentação e os exemplos internacionais utilizados como referência, declarando-se favorável à implantação do parque linear. Ressaltou, contudo, preocupações com as famílias residentes na área de intervenção, destacando que a região apresenta histórico de alagamentos, reassentamentos e reocupações. Questionou se a SEHAB já dispõe de um levantamento atualizado das famílias a serem atendidas, bem como estratégias e recursos financeiros disponíveis para o reassentamento, considerando o estágio avançado do processo licitatório, observando que a área abriga aproximadamente 1.500 famílias, incluindo parte das 624 famílias atualmente em auxílio-aluguel, e manifestou apreensão quanto à disponibilidade de aporte financeiro para viabilizar os atendimentos habitacionais, perguntando se o início das obras dependerá da venda de CEPACs ou se há recursos já assegurados. Reforçando a necessidade de garantir segurança jurídica e financeira ao processo, de modo que as obras não sejam interrompidas por falta de recursos. O **Sr. Dawton Roberto Batista Gaia** (SMT) parabenizando pelo projeto apresentado, destacando seu caráter inovador e a importância de se propor intervenções urbanas integradas à dimensão ambiental. Comparou a iniciativa com o processo de transformação urbana ocorrido na Avenida Faria Lima, ressaltando que investimentos em qualificação urbana e ambiental atraem novos empreendimentos e promovem valorização territorial e social. Afirmou que o Projeto Roma tem potencial para impulsionar o desenvolvimento local, ampliar oportunidades habitacionais e melhorar as condições de vida das famílias da região. A **Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta** (Movimento Defenda São Paulo) parabenizou o trabalho

considerando interessante e alinhado a uma abordagem mais moderna, especialmente no que se refere às questões da água, absorção e adaptação ambiental. Gostaria de saber como ficou o projeto elaborado pelo arquiteto Paulo Bastos, desenvolvido há alguns anos e que inclusive foi contratado e pago. Tratava-se de uma proposta relevante, que previa uma via importante, chegando a um ponto de conexão próximo ao túnel. Era um projeto consistente e que, ao meu ver, poderia ser atualizado e adaptado às diretrizes atuais, incorporando temas como natureza, água e resiliência urbana. Nesse sentido, **pergunto**: esse projeto está sendo aproveitado, adaptado ou foi desconsiderado? Como ele está sendo tratado atualmente? O **Sr. Rafael Barreto Castelo da Cruz** (SP Urbanismo) esclareceu que a apresentação foi sintética e teve caráter ilustrativo, uma vez que o Termo de Referência é um documento técnico extenso e detalhado, contendo um robusto caderno de encargos com exigências sobre infraestruturas construídas e naturais, drenagem, viário e demais elementos obrigatórios a serem entregues pela empresa contratada. Destacou que o projeto conceitual foi traduzido em especificações mínimas, refletidas tanto no Termo de Referência quanto em planilha orçamentária estruturada. Informou ainda que a estratégia adotada pela Prefeitura foi a licitação integrada, na qual o projeto básico e executivo é de responsabilidade da contratada, cabendo à Prefeitura um projeto referencial e diretrizes técnicas. **Quanto** ao atendimento habitacional, esclareceu não ter competência nem gestão sobre o tema, limitando-se à estimativa do potencial de unidades habitacionais, sem controle sobre estratégia, cronograma ou execução. Em resposta, foi esclarecido que o projeto elaborado por Paulo Bastos foi adotado como ponto de partida. A equipe realizou a leitura técnica desse projeto e identificou complexidades que poderiam dificultar sua implantação, bem como a necessidade de atualização frente às atuais diretrizes de resiliência climática. Assim, o projeto original não será continuado tal como concebido, mas serviu de base para a construção do projeto referencial. Em esclarecimento o **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo) informou que há compromisso da administração com a realização das obras e com o atendimento habitacional, não sendo considerada a implantação do projeto sem a devida reassentamento das famílias diretamente afetadas, conforme previsto em lei. Ressaltou-se que a execução do projeto está condicionada ao atendimento das famílias atualmente ocupantes da área, muitas delas em situação habitacional inadequada, e que as soluções habitacionais integram o escopo do projeto, devendo o planejamento financeiro da operação contemplar simultaneamente as duas intervenções. A **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi** (SIURB) complementou as respostas apresentadas, a representante da SIURB destacou que houve reunião extraordinária em março, específica para apresentação do projeto, cujo material — incluindo mapas, trechos e o edital que se encontra disponível ao público no site da SP Urbanismo. Ressaltou que o traçado completo e o projeto funcional que embasaram a licitação podem ser consultados nesses documentos. Esclareceu que, em razão da adoção da licitação integrada prevista na nova Lei de Licitações, a contratação foi estruturada a partir de um projeto funcional, e não de um projeto básico, exigindo a definição clara da solução, objetivos e perímetro da intervenção, o que foi amplamente estudado em conjunto pela SP Obras e pela SP Urbanismo, por meio de um Termo de Referência robusto. Reafirmou que o projeto de Paulo Bastos foi a referência inicial, porém não pôde ser adotado integralmente em razão de ajustes necessários na

matriz viária, decorrentes de alterações no projeto do túnel, atualizações de circulação pela CET e intervenções previstas pelo Governo do Estado em outros trechos da Avenida Roberto Marinho. Tais mudanças impactaram o desenho do parque, embora tenha sido mantido o conceito central de parque inundável, atualizado à luz das diretrizes contemporâneas de resiliência climática. Informou ainda que o edital define os principais elementos do projeto, como sistemas viários, pontilhões, passarelas, estruturas e estimativas de escavação, cabendo ao projeto básico e executivo o detalhamento posterior. Em relação ao atendimento habitacional será realizado em articulação com a SEHAB, observando todas as normas legais, e que o custeio da obra não será integralmente realizado com recursos da Operação Urbana, cujo orçamento é insuficiente para cobrir o valor total da licitação, superior a R\$ 2 bilhões. Destacou que a Prefeitura está em tratativas para captação de recursos de financiamento, sendo a participação da Operação Urbana proporcionalmente menor, ainda que a intervenção esteja prevista em sua lei. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo) lembrou que o Conselho aprovou resolução autorizando o aporte inicial de R\$ 180.000.000,00 para a obra, correspondente ao aporte da Operação Urbana. Destacou-se que a legislação prevê a suplementação de recursos sempre que necessário para as intervenções da Operação. Informou-se que a Prefeitura está buscando outras fontes de financiamento, inclusive para o atendimento habitacional, com o objetivo de viabilizar tanto as intervenções viárias, ambientais e de infraestrutura quanto a execução das soluções habitacionais, consideradas parte fundamental do projeto. A **Sra. Erika Valdman** (SVMA) complementou que a obra estará integralmente sujeita ao licenciamento ambiental, contemplando as fases de licença prévia, de instalação e de operação. Destacou-se que, já na fase de licença prévia, serão exigidos o cadastramento da população afetada e a análise dos impactos socioambientais. Ressaltou-se que o projeto é de interesse da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, especialmente pelos ganhos em área verde e controle de alagamentos, reconhecendo-se os desafios envolvidos. Informou-se que todos os impactos ambientais, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias necessárias, serão analisados e exigidos ao longo de todo o processo de licenciamento ambiental. A **Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins** (FAUUSP) manifestou reconhecimento quanto à qualidade, atualidade e mérito técnico do projeto apresentado, mas demonstrou preocupação quanto à articulação entre a proposta e o item seguinte da pauta, referente ao encerramento da Operação Urbana. Ressaltou que os objetivos originais da Operação Urbana, criada há cerca de 20 anos, eram semelhantes aos agora apresentados, mas que, apesar disso, ainda persistem famílias em auxílio-aluguel, evidenciando a insuficiência dos mecanismos então adotados. Questionou, assim, quais garantias efetivas estão sendo previstas para assegurar o adequado fechamento do projeto e do atendimento habitacional, de modo a evitar a repetição de problemas históricos, especialmente considerando o atual cenário de maior fragilidade institucional, sem a mesma estrutura da Operação Urbana original. Destacou a necessidade de discutir, em momento oportuno, os mecanismos de amarração e garantia que impeçam que, no futuro, novas famílias permaneçam indefinidamente em situação de vulnerabilidade habitacional. O **Sr. Vladir Bartalini** (SMUL) em manifestação pela Secretaria responsável pelo licenciamento, foi esclarecido que o projeto deve ser compreendido como um projeto urbano integrado, e não como iniciativas isoladas

de caráter viário, habitacional ou ambiental. Trata-se de uma proposta urbana que contempla, de forma articulada, o sistema viário, a habitação e o parque, resgatando um conceito de projeto urbano que se entende como fundamental para a cidade. O empreendimento é de longo prazo e que as imagens apresentadas têm caráter referencial, sendo mais relevante a manutenção das diretrizes do que a reprodução literal das soluções ilustradas. Ressaltou-se o papel central do Grupo de Gestão como instância que atravessa diferentes administrações, garantindo a preservação dessas diretrizes ao longo do tempo. Lembrado que a Operação Urbana ainda dispõe de estoque superior a 1 milhão de m², com potencial de arrecadação vinculado à qualidade das entregas realizadas, de modo que a consolidação de um projeto urbano qualificado tende a impactar positivamente o valor dos CEPACs. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo) esclareceu que, embora a lei da Operação Urbana mencione a etapa de encerramento, a operação ainda dispõe de expressivo potencial construtivo, com grande quantidade de metros quadrados e títulos a serem negociados, além de um amplo programa de intervenções a ser implantado. Ressaltou que o encerramento somente poderá ser discutido após a conclusão de duas etapas fundamentais: a negociação dos títulos e o cumprimento integral do programa de investimentos. Destacou ainda a existência de estoque remanescente e de uma reserva adicional de potencial construtivo prevista em lei e já contemplada nas aprovações ambientais, a qual poderá ser ativada oportunamente, tema que vem sendo apontado reiteradamente pelo EVF e que deverá ser objeto de discussão futura. Passando para o próximo item da pauta HIS Grupo 2/ Projeto apresentado pela **Sra. Maria José Gullo** (COHAB) esclareceu-se que a planilha de acompanhamento foi ampliada em meses anteriores para incluir áreas da SP Obras, reorganizando os grupos: o antigo Grupo 1 passou a contemplar duas obras em fase final, enquanto o Grupo 2 concentrou projetos anteriormente vinculados à COHAB que concentra-se em nove projetos remanescentes, de um total inicial de 23, com meta de conclusão até dezembro, sem ultrapassar esse prazo. Destacou que não há previsão de custos adicionais, uma vez que os recursos para projetos estão praticamente mantidos, incluindo os valores antes atribuídos à SP/Obras para as áreas 44 e 45. Ressaltou, que as empresas projetistas contratadas não representam as melhores opções disponíveis, o que tem exigido acompanhamento técnico mais intenso, enfatizou a importância de incorporar parâmetros de Habitação de Interesse Social (HIS) e de acessibilidade em todos os estudos em andamento, além de atender às exigências de conselhos municipais e diretrizes do ROMA. As áreas vinculadas à SEHAB e à SP/Obras estão sendo ajustadas para se enquadrar nesses parâmetros. Apontando também a necessidade de planejamento por lotes, especialmente em terrenos pequenos, com poucas unidades habitacionais, de modo a garantir produtividade e viabilidade econômica das empreiteiras. Defendeu que a engenharia deve buscar eficiência, evitando custos desnecessários com canteiros em obras de pequena escala. Comentou que o ano de 2025 foi marcado por mudanças administrativas e revisão de processos, exigindo replanejamento e integração das frentes da COHAB e da SP/Obras. Para 2026, a expectativa é de um cenário mais conclusivo, com projetos finalizados e números definidos de unidades habitacionais. Mencionou a articulação intersetorial com outras secretarias, destacando pedidos de áreas para instalação de equipamentos públicos (como UBS e unidades educacionais). Por fim, salientou avanços importantes, como a inclusão

de análises de contaminação de solo (que antes não eram consideradas) e o fortalecimento da visão integrada entre urbanismo, habitação e infraestrutura ambiental. Embora 2025 não tenha sido um ano de grandes entregas físicas, foi fundamental para repensar processos, corrigir falhas e preparar as condições para execução dos projetos em 2026. A **Sra. Sheila Mendes dos Nascimento** (Associação Moradores de Favela) solicitou que encaminhasse ao Presidente da COHAB pedido para reavaliação da lista de famílias destinada à obra da Rua Manoel Xerém. Informou que a SEHAB encaminhou lista com cerca de 100 famílias e que a equipe da PPP vem realizando esforço significativo para localizá-las, porém há casos em que, após mais de seis meses e múltiplas convocações, as famílias não foram encontradas ou não se apresentaram. Diante disso, solicitou que seja avaliada, junto à SEHAB, a emissão de nova lista, a fim de viabilizar o atendimento habitacional, considerando que há 92 unidades em construção pela PPP. Mostrou preocupação com a dificuldade de avanço dos projetos sob responsabilidade da COHAB, lembrando que foram aprovadas áreas no âmbito da PPP (incluindo as áreas 13, 15, 25 e 62), destacando especialmente a área 25, cujo projeto foi considerado de elevada qualidade. A **Sra. Maria José Gullo** (COHAB) esclareceu que, uma vez transferida a responsabilidade para a PPP, a localização e convocação das famílias passam a ser atribuição da empresa contratada. Sugeriu-se avaliar as razões pelas quais a empresa ainda não obteve êxito nesse processo, bem como encaminhar a questão ao Presidente da COHAB para articulação com a SEHAB, inclusive quanto à possibilidade de atualização da lista de famílias, caso esgotadas as tentativas de convocação. O avanço limitado de algumas áreas decorre, principalmente, da identificação de contaminação do solo, aspecto que não havia sido adequadamente considerado em etapas anteriores. Esclareceu-se que áreas inicialmente previstas para PPP retornaram à fase inicial para estudos ambientais, uma vez que empresas consultadas não aceitaram assumir passivos de contaminação. Das áreas anteriormente indicadas, a área 25 segue como prioridade, por seu maior número de unidades e potencial de implantação, recebendo dedicação técnica específica. Ressaltou-se que as decisões finais envolvem instâncias superiores da administração municipal. Afirmando que a estratégia adotada prioriza uma abordagem técnica e cautelosa, antecipando riscos e condicionantes, especialmente ambientais, a fim de evitar paralisações futuras de obras, ainda que se reconheça a urgência da demanda habitacional. O **Sr. Renan Massabni Martins** (representante suplente de SEHAB) destacou que a SEHAB e a COHAB vêm atuando de forma integrada, em conjunto com a SP/Obras e a SP Urbanismo, com o objetivo de liquidar o passivo de atendimento habitacional existente na Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, garantindo às famílias o acesso à moradia definitiva. Informou-se que foi lançado edital do Programa Pode Entrar - Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, inicialmente para três áreas com alvará e prontas para construção, integrantes do Bloco 1 (áreas 9, 38 e 39), atualmente em consulta pública. Esclareceu que estão em preparação os Blocos 2 e 3, com novas áreas a serem submetidas à consulta pública, por meio de uma modalidade inédita, na qual a Prefeitura aporta o terreno e o projeto, e o parceiro privado executa a obra dentro de um valor-teto definido, adquirindo o direito de construir. Que se trata de um modelo inovador, voltado à redução do custo unitário e ao aumento da produção habitacional, garantindo que os recursos da Operação Urbana sejam destinados exclusivamente

ao atendimento da demanda da própria Operação Urbana. Esse modelo busca produzir mais unidades com menos volume de recursos públicos, evitando a aquisição de unidades prontas a preços de mercado superiores, e priorizando a eficiência e a racionalização dos custos. Informou ainda que, somadas as iniciativas em andamento, incluindo aquisições e novas produções, a expectativa é zerar o passivo de auxílio-aluguel vinculado à Operação Urbana, com a entrega de mais de mil unidades habitacionais, permitindo o encerramento dessa demanda histórica. Ressaltou o caráter concreto das ações, com editais já publicados e projetos em execução reafirmando o compromisso da Prefeitura de São Paulo com a transformação da realidade habitacional do território da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo) concordou com a avaliação de que o cenário ideal é a existência de saldo positivo de unidades habitacionais em construção, permitindo que as famílias deixem situações precárias já com a definição concreta de sua futura moradia. Destacou a importância de acelerar os trabalhos para que o atendimento habitacional, aliado ao trabalho social da SEHAB, seja antecipado. Essa é a meta para 2026 e que, pela primeira vez no âmbito da Operação Urbana, vislumbra-se esse objetivo de forma concreta e factível. A **Sra. Danielle Cristina Abranches** (SEHAB/DTS) apresentou a atualização do trabalho social vinculado às áreas diretamente beneficiadas pela Operação Urbana, executado pelo consórcio com a URBHIS, contratado em 2024 como gerenciadora social. Informou-se que, no último trimestre, foram realizados atendimentos nas modalidades de trabalho social associado à manutenção do auxílio-aluguel e ao atendimento habitacional definitivo. O plantão social ocorre semanalmente, às quintas-feiras, na Avenida São João, nº 299, com atendimentos espontâneos e agendados, totalizando 109 atendimentos em agosto, 21 em setembro e 4 em outubro (até a data da apresentação). Foram realizados atendimentos para atualização cadastral e manutenção do auxílio-aluguel, com 419 pendências documentais solucionadas. O número de ausentes reduziu de 96 no trimestre anterior para 25, com total de 498 famílias ativas atendidas no período. Foi relatado o acompanhamento social dos empreendimentos das áreas 27 e 41, incluindo visitas periódicas da Comissão de Acompanhamento de Obras, assembleias para instalação do corpo diretivo e definição dos nomes dos condomínios (Residencial Filadélfia - área 27, e Residencial Vila Branca - área 41). Também foram realizadas reuniões com moradores do empreendimento Vila Paulista (PPP), ainda que com baixa adesão, além de atividades de preparação para a gestão condominial, articulação com a rede de saúde do território, definição de regulamento interno e preparação para escolha das unidades. Quanto ao quadro financeiro, foram informados valores de empenho aproximados de R\$ 50 mil em agosto e R\$ 40 mil em setembro, mantendo-se patamar semelhante em outubro. A **Sra. Sheila Mendes de Nascimento** (Associação dos Moradores de Favela) em questionamento, perguntou se já existe listagem consolidada de famílias aptas a ocupar as unidades habitacionais previstas, considerando os processos de atualização cadastral, cruzamento de dados (CadÚnico) e articulação com a CDHU e a SEHAB. A **Sra. Danielle Cristina Abranches** (SEHAB/DTS) em resposta, esclareceu que o processo ainda se encontra em fase de consolidação, priorizando inicialmente a atualização cadastral, a pesquisa socio territorial e a regularização de pendências, não havendo, até o momento, envio formal de listas de indicação de demanda. A **Sra. Sheila Mendes de**

Nascimento (Associação dos Moradores de Favela) dentre as quatro torres em implantação, uma delas é destinada às famílias vinculadas ao Metrô/CDHU, havendo a possibilidade de que a CDHU já esteja realizando a convocação dessas famílias, informação que ainda carece de confirmação. Ressaltou-se que as demais 437 unidades destinam-se às famílias da Operação Urbana Água Espraiada, provenientes de comunidades como Rocinha Paulistana, Vietnã e Água Espraiada, sendo a Rocinha Paulistana a que concentra o maior número de famílias ainda em auxílio-aluguel, por ter sido a primeira frente de obra. Em razão desse volume, é esperado que essa comunidade absorva parcela significativa das unidades habitacionais, possivelmente a maior parte das destinadas à CDHU, considerando o saldo ainda existente de famílias em atendimento. A **Sra. Danielle Cristina Abranches** (SEHAB/DTS) informou que as áreas 27 e 41 correspondem a empreendimentos de menor porte, mantendo-se, a Rocinha Paulistana com maior número de famílias com benefício ativo. Esclareceu que até o momento, não houve recebimento formal de solicitação ou encaminhamento de lista de famílias para reassentamento, nem confirmação de tratativas com a CDHU, tendo sido apresentado apenas o relatório do trabalho social realizado no último trimestre. A **Sra. Sheila Mendes de Nascimento** (Associação dos Moradores de Favela) registou que já havia solicitado à São Paulo Urbanismo a articulação com a SEHAB, o Secretário e a CDHU para definição e consolidação da lista de famílias a serem atendidas, diante dos avanços acelerados das obras. Destacando a necessidade de planejamento antecipado para o recebimento e integração das famílias, considerando a previsão de entrega anterior a novembro de 2026. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo), deliberou com os presentes, o período de mais uma hora para a continuidade da reunião, aprovada pela maioria. Seguindo com o próximo item da pauta a apresentação da Ciclopassarela do Panorama, com a arquiteta, **Sra. Camila Nery Araujo Oliveira** (SP Urbanismo) financiado com recursos da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, localizado no perímetro da Operação e tem como objetivo conectar a comunidade Jardim Panorama à Estação Berrini da CPTM, aos bairros Berrini, Parque Linear Bruno Covas e à ciclovia do Rio Pinheiros. A estrutura será exclusiva para pedestres e ciclistas, totalmente acessível, vencendo as interferências do rio, das marginas e da linha férrea. O projeto reduz significante o tempo de deslocamento, de até duas horas para cerca de sete minutos a pé, promovendo integração urbana, mobilidade ativa, segurança e inclusão social. A Ciclopassarela contará com iluminação cênica, monitoramento por câmeras, bicicletário, sanitários, quiosques, espaços de permanência e mirantes, além de prever a manutenção da cota de navegabilidade do rio. A proposta busca qualificar o espaço público e criar um novo marco urbano para a cidade. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo) agradeceu pela apresentação, e explicou que o objetivo da apresentação foi dar conhecimento do projeto e abrir espaços para eventuais contribuições. Tratando-se de uma iniciativa com forte interface para a população da região que embora não esteja vinculada financeiramente nem programaticamente à Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, integra-se de forma relevante ao território e à Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Sem nenhuma manifestação ou questionamento, considerou o projeto apresentado e o grupo devidamente ouvido. Permanecemos à disposição para esclarecimentos adicionais. Ressaltou, ainda, que o projeto foi exposto na Bienal de Arquitetura

e representa uma importante contribuição para a cidade. O **Sr. Dawton Roberto Batista Gaia** (SMT) complementou que trata de mais um elemento de valorização da região, com a proposta de integrar todo o parque linear, desde a Imigrantes até o Parque Bruno Covas, ampliando significativamente a conexão e a qualificação do território. O **Sr. André Gonçalves Ramos** (SP Urbanismo) concordou com que esse eixo de melhorias urbanas em construção será fundamental para a região, promovendo valorização não apenas física, mas também social e econômica, beneficiando tanto a venda de títulos quanto a valorização dos imóveis de quem já vive no território. Em continuação foi passada a palavra para a apresentação da regulamentação da nova lei, o **Sr. Vladir Bartalini** (SMUL) apresentou apenas para dar ciência ao grupo, foi publicado em 14 de outubro o Decreto nº 64.639, que regulamenta a nova lei da Operação Urbana Água Espraiada (Lei nº 17.474/2024). A norma atualiza o regramento com base no PDE de 2014, estabelece critérios para a fase de transição e encerramento da operação (aos 95% de utilização do estoque), amplia incentivos urbanísticos, incorpora a cota de solidariedade e cria mecanismos para reequilibrar o valor dos CEPACs, permitindo maior alinhamento com os eixos de transporte e incentivo à produção habitacional, especialmente HIS. Com isso, a nova lei passa a estar plenamente regulamentada e apta à aplicação. A **Sra. Sra. Sheila Mendes de Nascimento** (Associação dos Moradores de Favela) ficou em dúvida com o que acontece com este Conselho ao final da Operação Urbana. Há muitas dúvidas sobre o encerramento da operação e se, com isso, o Conselho será extinto ou não. Queremos saber como será essa transição, de que forma a governança continuará e se haverá manutenção do nosso papel de acompanhamento e compromisso, já que nos reunimos regularmente e seguimos atuantes nesse processo. Em resposta **Sr. Vladir Bartalini** (SMUL) que não existe qualquer previsão de encerramento do Conselho. O período de transição serve apenas para preparar a região para as regras de zoneamento da cidade, que continuarão sendo apresentadas e geridas normalmente. Em nenhum momento houve previsão de extinção do Conselho. A **Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins** (FAUUSP) perguntou se a Operação se encerra quando atingir 95% do consumo do estoque. O próximo leilão ainda faz parte desse processo e pode reorganizar o estoque remanescente, mas não antecipa o encerramento. Nesse novo contexto, qual é o papel do Conselho Gestor uma vez que: acompanhar, deliberar e definir prioridades de investimento, inclusive a ordem e o escalonamento das obras, como sempre ocorreu, dentre esse novo contexto como ficaria? Em resposta **Sr. Vladir Bartalini** (SMUL) não haverá alteração no controle de estoque da Operação Urbana, nem aumento de potencial construtivo. Isso só seria possível com uma nova lei. Ao atingir 95% do consumo do estoque, inicia-se um período de transição — a operação não se encerra, mas passa a preparar o retorno do território ao regramento urbanístico geral da cidade. As atribuições do Conselho Gestor não mudam: continuam previstas em lei, incluindo o acompanhamento dos estudos, a definição de prioridades e a deliberação sobre as obras. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo) em complemento explicou que além da lei definir os limites de metros quadrados negociáveis, o licenciamento ambiental também estabelece esses parâmetros. Portanto, qualquer alteração exigiria não só uma nova lei, mas um novo processo de licenciamento ambiental. Na prática, isso caracterizaria a criação de uma nova operação urbana. O **Sr. Vladir Bartalini** (SMUL) quis chamar a atenção para o volume expressivo — cerca

de 1 milhão de metros quadrados — que ainda pode ser negociado. Isso pode gerar custos muito significativos no futuro. Na verdade, o ponto trazido pelo diretor é a necessidade de antecipar e planejar o encerramento da operação, prevendo desde já seus impactos e responsabilidades. A **Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins** (FAUUSP) informou que a lei e o decreto são bastante complexos — até para os próprios técnicos, preocupa como a população consegue acompanhar se tudo está sendo cumprido corretamente. Um ponto que chama atenção é a regra que permite ganhar 1 m² adicional a cada 3 m² de HIS construídos no Jabaquara. Diante das controvérsias recentes e até de CPI sobre esse tema, a pergunta é: como será feito o controle disso, para evitar problemas e insegurança no futuro? O **Sr. Vladir Bartalini** (SMUL) os problemas identificados, a Secretaria adotou medidas para evitar novas irregularidades, como o fortalecimento do controle com os cartórios de imóveis e a exigência de documentação das unidades comercializadas. A São Paulo Urbanismo mantém controle rigoroso dos estoques, em articulação constante com as áreas de licenciamento, buscando reduzir ao máximo a possibilidade de novas fraudes. O **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo), a Secretaria e a São Paulo Urbanismo realizam o controle rigoroso dos estoques da Operação Urbana, com monitoramento permanente e divulgação periódica das informações no site oficial. Esse controle também é acompanhado por órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de ser fiscalizado pelo próprio mercado e por mecanismos de transparência pública, como portais de acesso à informação. Embora seja um sistema complexo, tanto para técnicos quanto para a sociedade, o compromisso é garantir o máximo de transparência, prevenir irregularidades e aperfeiçoar continuamente os mecanismos de controle, mantendo os processos públicos e acessíveis à população. Em continuidade, foi constatada a ausência de quórum completo, já que nem todos os nove membros estavam presentes. Diante disso, foi proposta ao conselho a adoção de uma *decisão ad referendum*, considerada juridicamente plausível, em razão da urgência e do baixo impacto da matéria. A deliberação da aprovação do calendário de reuniões ordinárias do próximo ano, com a ressalva de que essa decisão será formalmente reapreciada e ratificada na primeira reunião de 2026. Também foi destacado que, havendo necessidade, as datas poderão ser redeliberadas e que reuniões extraordinárias poderão ser convocadas conforme o regimento. Não havendo manifestações contrárias, o calendário foi aprovado *ad referendum*, ficando sua confirmação prevista para a primeira reunião do próximo ano. A **Sra. Ana Carolina Jacob** (SP Urbanismo) informou sobre solicitação encaminhada pela **Sra. Sheila Mendes do Nascimento** para a realização de uma visita às obras da CDHU. Conforme já mencionado, as obras estão avançando em ritmo acima do previsto, com possibilidade de entrega antecipada. Em contato com a CDHU, foi sugerida a realização da visita no dia 19 de novembro de 2025. Fica, portanto, o convite aos conselheiros e interessados. A convocação será formalizada por e-mail, com a confirmação do horário, preferencialmente no período da manhã, a ser ajustado junto à CDHU.

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. André Gonçalves dos Ramos** (SP Urbanismo), agradeceu a presença e participação de todos, encerrou a reunião às **15h37**.

REPRESENTANTES GGOUCAE PRESENTES

PODER PÚBLICO

1. São Paulo Urbanismo | SPURBANISMO

Titular: André Gonçalves dos Ramos

Suplente: Ana Carolina André Machado Simão Jacob

2. Secretaria Municipal da Fazenda | SF

Titular: Fernando Fernandes Bernardino

3. Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito | SMT

Titular: Dawton Roberto Batista Gaia

4. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | SVMA

Titular: Erika Valdman

Suplente: Lucia Noemia Simoni

5. Secretaria Municipal de Habitação | SEHAB

Suplente: Renan Massabni Martins

6. Subprefeitura Regional Jabaquara | SB/JA

Titular: Ricardo Romero Prieto

SOCIEDADE CIVIL

1. Movimento Defenda São Paulo | MDSP

Suplente: Lucila Falcão Pessoa Lacreta

2. Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas | APEOP

Titular: Leonardo Noya Kubli

3. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | FAUUSP

Titular: Maria Lúcia Refinetti R. Martins

4. Associação dos representantes dos Moradores de Favela - Perímetro OUCAE

Titular: Sheila Mendes dos Nascimento

NOTA: Apresentação e gravação da reunião disponíveis no [site da SP Urbanismo](#)

GGP/MAS

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo

ASSESSORIA JURÍDICA EXECUTIVA

Despacho | Documento: [151176462](#)

I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº [8610.2026/0000300-8](#), em especial das justificativas apresentadas pela área técnica responsável ([150854301](#), [151116172](#)) e do parecer da assessoria jurídica ([151174805](#)), bem como da pesquisa de preços realizada, com fundamento no artigo 29, II, da Lei Federal nº 13.303/2016, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **AUTORIZO** o prosseguimento para a contratação direta, por dispensa de licitação, de **57.010.237 WALTER SILVA DE ARAUJO**, inscrita no CNPJ sob o nº 57.010.237/0001-70, para prestação de serviços de